

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

O CANDEEIRO LETRADO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO  
SOBRE O SEMIÁRIDO

**Acerlandia Iraci de Souza** (UNIVASF) - acerlandia@hotmail.com

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido*

**Fernanda Roda Cassundé** (UNIVASF) - fernanda.roda@univasf.edu.br

*Doutora em Administração. Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido*

**Nildo Ferreira Cassundé Junior** (UNIVASF) - nildo.cassunde@univasf.edu.br

*Doutor em Administração. Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido*

**Milka Alves Correia Barbosa** (UFAL) - milka.correia@gmail.com

*Doutora em Administração. Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido*

## 1. Introdução

A região semiárida brasileira, considerada a maior do mundo (BAPTISTA; CAMPOS, 2016), é composta, atualmente, por 1.262 municípios, pertencentes aos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, compreendendo uma área total de 1,03 milhão de km<sup>2</sup>, cobrindo quase 12% do território nacional.<sup>1</sup>

Essas características marcaram a região, e toda a sua história e desenvolvimento, como intensa área de exclusão e baixo índice de desenvolvimento humano, sendo considerado “um território que foi associado ao longo de toda a sua formação de organização social com entendimentos sobre fome e miséria” (TEIXEIRA, 2016, p.769).<sup>2</sup>

A partir de 2005 o semiárido passou a ser notado através de ações governamentais, um dos acontecimentos foi a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, através dele o semiárido passou a ganhar destaque, e, desde então, vem sendo considerada região estratégica para o desenvolvimento do país. “Políticas começam a ser dirigidas [à região], algumas a favor da maioria do seu povo, caracterizadas na perspectiva da convivência com o Semiárido e outras ainda a favor de uns poucos, na linha do combate à seca” (BAPTISTA; CAMPOS, 2016, p.46).

Segundo Lima e Gatto (2014), os dados para o período compreendido entre 2000 e 2010 indicam que o semiárido, nomeadamente o nordestino, exibiu taxas superiores de crescimento do PIB e do emprego formal em relação não apenas ao Nordeste como um todo, mas também em relação ao Brasil, demonstrando, assim, a potencialidade econômica e produtiva da região.

O Brasil vivenciou entre 2003 e 2014 um período de prosperidade econômica e social em que quase 30 milhões de pessoas saíram da pobreza com diminuição expressiva das desigualdades sociais, entretanto desde 2015 esse desenvolvimento encontra-se estagnado (BANCO MUNDIAL, 2018). Esse cenário reflete de maneira mais acentuada no semiárido brasileiro, onde encontra-se as populações mais fragilizadas. O desemprego no país foi estimado em 12,6% no segundo trimestre de 2017, com retração em todas as regiões do país com exceção a nordeste que permaneceu estável (IBGE, 2017), ao final de janeiro de 2018 o percentual nacional ficou em 12,2%, ajustes mínimos se considerado o número de desocupados no país.

A atuação de políticas públicas com a criação de projetos sociais são determinantes para a sobrevivência de lugares que encontram-se em estado crítico. Um dos programas fundamentais nesse contexto é o Bolsa Família, com beneficiamento para cerca de 50 milhões de pessoas principalmente no semiárido, esse programa de proteção social considerado o mais eficaz do mundo se caracteriza pela transferência de renda para as pessoas mais pobres do país (BANCO MUNDIAL, 2018).

Apesar desse panorama o semiárido possui diversificações econômicas favoráveis, a região do Vale do São Francisco é um exemplo disso, em 2017 registrou a criação de 12,7 mil de empregos formais, considerando as cidade de Juazeiro e Casa Nova na Bahia e Petrolina em Pernambuco, um quantitativo bem aproximado ao número de empregos da cidade de São Paulo com 14,8 mil postos de trabalho (UFRSA, 2017). No sertão baiano a Lei de Convivência com o Semiárido nº 13.572/2016, em seu artigo 24 determina que os recursos financeiros destinados ao Estado deverão ser priorizados na região semiárida. Essa norma, se cobrada de forma efetiva aos órgãos competentes, possibilitará mais

---

<sup>1</sup> O semiárido brasileiro é caracterizado por precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm, índice de aridez de até 0,5 e risco de seca maior de 60% (SUDENE, 2017).

benesses para região, atrelado ao desenvolvimento atual que o Vale do São Francisco vive, a economia do semiárido poderá se dinamizar ainda mais com essas ações.

O polo gesseiro do Araripe que compreende as cidades de Araripina, Trindade, Ouricuri e Ibubi, todas no Estado de Pernambuco, também apresenta dados econômicos sustentáveis para o desenvolvimento. Em 2012, segundo a ABEMA, os empregos diretos gerados foram 13.800 e os indiretos 69.000. Em 2018 a lucratividade do setor de gipsita, gesso e seus derivados apresentará melhorias, em recente publicação o Governo do Estado determinou através de decreto que a tributação do setor terá sistema especial que beneficiará os produtores. (SEFAZ, 2018). Outras culturas como caprinos e ovinos e apicultura reconhecidas como participantes ativas para a economia do semiárido, o turismo na zona urbana e rural é outro fator para essa prosperidade, pode-se destacar a vitivinicultura, aspectos religiosos e históricos de cidades do semiárido.

Considerando, portanto, a expressividade da região semiárida, seja em termos de tamanho ou de potencialidades econômicas e, ainda, que “essa performance surpreendente do semiárido é pouco sabida, pouco estudada e ainda menos entendida” (LIMA; GATTO, 2014, p.133), esse estudo pretendeu analisar a produção científica na área de administração, turismo e contabilidade cujo lócus de pesquisa tenha sido o semiárido enquanto delimitação de espaço geográfico.

Este artigo está organizado em quatro seções além desta introdutória. O título do trabalho “O candeeiro letrado” faz analogia ao semiárido pouco conhecido, caadeiro na definição do dicionário é aquele que ilumina, iluminado, mostrando que o semiárido apesar de ser percebido com estereótipos de ignorância através de falsas hermenêuticas é sim espaço letrado que emana luz. O referencial teórico apresenta a região semiárida e suas potencialidades do ponto de vista econômico e de mercado. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. A quarta seção apresenta a discussão dos resultados obtidos a partir do levantamento sobre o estado da arte e, por fim, são tecidas as considerações finais na seção cinco. Espera-se que os achados deste levantamento contribuam na análise de tendências atuais e históricas da produção científica sobre o tema na área.

## 2. Referencial Teórico

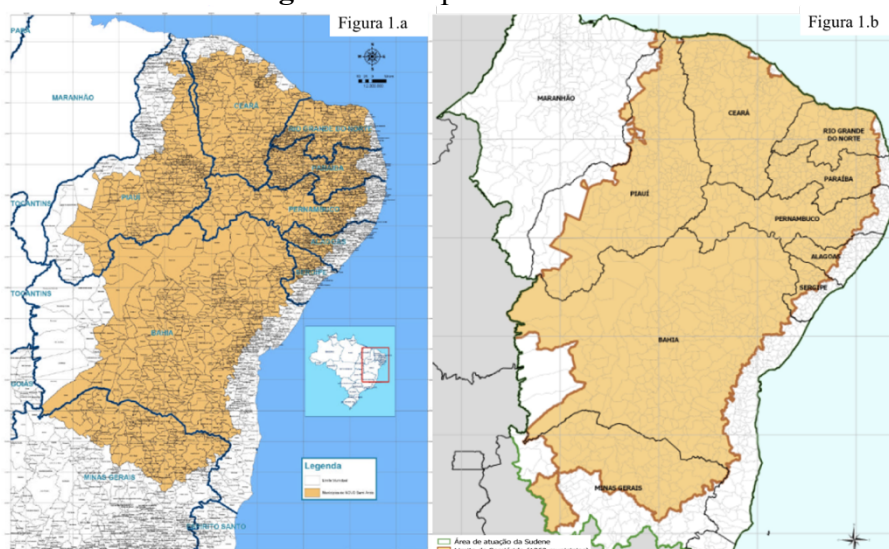
Semiárido não é somente Nordeste,  
Nem é a terra da peste,  
E nem tão pouco um braseiro,  
É povo forte e guerreiro,  
De natureza e de chão,  
É brejo, é serra, é sertão,  
É força, é vida é história,  
É espaço em construção.  
(PEREIRA NETO, 2016, p.31)

Entendido como a “zona semiárida mais povoada do mundo” (CORREIA et al, 2011, p. 32), o semiárido brasileiro é uma região definida inicialmente pela lei federal nº 7827/89, delimitado por uma área diferente do chamado Polígono das Secas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005), que atualmente encontra-se sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 1989) e a partir da lei nº 13.568/17 tem Mossoró/RN como a sua capital (BRASIL, 2017).

A Resolução 1115/17 ampliou a primeira delimitação, instituída pela lei nº 7827/89, integrando municípios do Maranhão e ampliando a região de Minas Gerais. Nessa

perspectiva, é considerada região semiárida aquela com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de *Thorntwaite* igual ou inferior a 0,50; e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2017). O semiárido está representado na figura 1 abaixo.

**Figura 1 – Mapa do semiárido**



Fonte: SUDENE (2017)

A realidade social do semiárido é marcada por diferentes cenários. Com regiões latifundiárias, dos idos do coronelismo, (CARONE, 1971; CARVALHO, 1997; BUAINAIN; GARCIA, 2013), o “semiárido é um espaço com grande concentração de terra, da água e dos meios de comunicação, que historicamente sempre estiveram nas mãos de uma pequena elite” (ASA, 2018). Ainda segundo ASA (2018), a realidade gera distorcidos níveis de exclusão social e de degradação ambiental, fatores determinantes da crise socioambiental e econômica vivenciada pela região. A partir do INSA (2014) e do senso IBGE (2010) é possível reforçar as afirmações dos indicadores socio-econômicos das cidades circunscritas nesta região como:

- Trata-se de uma região eminentemente rural e desértica com aproximadamente 60% da população brasileira;
- 93% dos municípios do Semiárido possuem população idosa;
- o Índice de Gini acima de 0,60 para aproximadamente 1/3 de seus municípios, sinalizando uma elevada concentração da renda na região;
- o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando de Muito Baixo a Baixo, para mais de 60% dos municípios do Semiárido, além do IDHM que se encontra abaixo da média Brasil;
- 50% da população semiárida não possui renda monetária ou possui como única fonte de rendimento os benefícios governamentais. Destes, aproximadamente 60% são mulheres. A realidade para até um salário mínimo mensal abrange mais de cinco milhões de pessoas (ou seja, aprox. 1/3 de sua população); enquanto apenas 5,5% dispõe de uma renda entre dois a cinco salários mínimos, a maioria (67%) homens, e dos 0,15% com renda acima de 30 salários mínimos.

Esse espaço do semiárido foi legitimado em 1989 com o decreto 7.827, sancionado pelo Presidente em exercício Antônio Paes de Andrade, que na época era Presidente da

câmara dos deputados, a lei institui dentre outros o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Em meados do século XIX a região não era vista pelos representantes da nação levando em consideração os seus habitantes, isso porque o semiárido nordestino era líder nacional em produção açucareira, algodoeira, produção pecuária além da mineração. Contudo a bonança não duraria mais um século, a partir da inserção dos ideais do liberalismo econômico, as classes dominantes do sul e sudeste virão oportunidade de cultivar café, o ciclo da borracha na Amazônia também contribuiu para que o semiárido nordestino ganhasse a alcunha de ‘região problema’.

Somente no século XX tem-se início as primeiras medidas em favor dos habitantes do semiárido brasileiro. A criação do Polígono das Secas foi sem dúvidas a primeira estratificação territorial do semiárido. A alcunha ‘Polígono das Secas’ ficou sendo usado por quase 70 anos, quando em 2005 o Ministério da Integração Nacional com o apoio de frentes populares realizou uma nova delimitação da área, caindo em desuso a alcunha anterior e passando agora a ser chamado de Semiárido Brasileiro.

Tendo como princípio a linearidade é possível apontar três momentos do semiárido: o primeiro de combate a seca, um segundo de desenvolvimentismo por parte do Estado e o terceiro momento foi o de enfrentamento das questões ligadas a seca com inserção de questões religiosas e comunidade (COSTA, 2017).

A prosperidade econômica da região vem despertando os empreendimentos privados nos mais diversos mercados a exemplo do turístico (CORIOLANO; ALMEIDA, 2010; DANTAS, 2007) reflexo disso é a sua rede hoteleira trabalhando na capacidade máxima (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018); e do agronegócio, como o oeste baiano com o complexo da soja e os polos frutícolas citados nos trabalhos de Wilkinson (2009), Moreira (2010); Aquino e Silva Filho (2015); e Sampaio, Cassundé e Cassundé Junior (2017).

Buainain e Garcia (2013) após fazer uma análise da intensa e profunda transformação que o Nordeste vem passando revelam que os investimentos em curso na região (como entre outros a Transnordestina por meio do PAC e projetos privados como os polos fruticultores espalhados nas diversas zonas rurais) e a magnitude e natureza com que vem se desenvolvendo estrategicamente os recentes empreendimentos, todos estes deverão impactar positivamente a economia de toda a região.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Esse artigo teve como objetivo analisar o que tem sido produzido e publicado sobre o semiárido na área de Administração.

Assim, para alcance dos objetivos estabelecidos, foi elaborada uma meta-análise, que consiste em um método ou modelo que pode ser aplicado para reunir os resultados e pareceres de estudos já divulgados. Importa dizer que as meta-análises possuem características particulares e que não devem ser entendidas como as revisões bibliográficas tradicionais (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), já que demandam uma sequência de etapas cujos procedimentos metodológicos devem ser claramente descritos (EVANS; PEARSONS, 2001). Nesse sentido, o estudo percorreu as seguintes fases: levantamento bibliográfico sobre a construção do semiárido nas dimensões social e econômica, escolha da metodologia utilizada, identificação de publicações na base de dados e, posteriormente, análise dos artigos encontrados.

A plataforma SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*) foi escolhida como base de dados para coleta dos trabalhos a serem analisados. Justifica-se a escolha da SPELL por ser considerada, atualmente, o principal repositório de artigos científicos das áreas de administração, contabilidade e turismo no país (CASSUNDE et al., 2017),

disponibilizando acervo eletrônico completo dos periódicos e textos disponíveis desde a década de sessenta. À época da coleta de dados para este estudo, a plataforma contava com 119 periódicos indexados e disponibilizava mais de 43.000 artigos para consulta.

Os critérios para seleção do corpus da pesquisa estão demonstrados no quadro 1 abaixo.

**Quadro 1 – Critérios para seleção do corpus**

Corte temporal	Foi considerado o princípio de exaustividade proposto por Bardin (2011), assim, não foi definido, a priori, período para coleta, sendo recuperados todos os artigos que emergiram da pesquisa.
Descritor	Semiárido
Base de dados	SPELL
Período de coleta de dados	22 de janeiro de 2018 a 10 de fevereiro de 2018

Fonte: elaboração dos autores (2018)

A pesquisa na base de dados SPELL recuperou um total de 41 (quarenta e um) artigos. Os trabalhos foram analisados a partir das seguintes categorias: autoria e quantidade de autores por artigo, Qualis/CAPES, ano de publicação, natureza da pesquisa, palavras-chave, objetivos centrais de pesquisa, perspectivas teóricas discutidas e principais autores referenciados.

A análise de dados, realizada com o auxílio do *software* Atlas.ti, considerou as potencialidades dos softwares qualitativos para facilitar os processos de análise de dados (BANDEIRA-DE-MELLO, 2010). Deste modo, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) foi utilizada para a elaboração da meta-análise. Nesse contexto, considerou-se os resultados dos trabalhos para efetuar as análises e tecer considerações. A análise de conteúdo pode ser compreendida como sendo

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2011, p. 44).

Importa salientar, ainda, que a meta-análise deve ser entendida como sendo uma integração interpretativa de resultados que podem ser, em si mesmo, a síntese interpretativa de dados (SANDELOWSKI; BARROSO, 2003).

Após definição dos procedimentos metodológicos, são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa.

#### **4. Análise e Discussão dos Resultados**

O período de coleta dos artigos no repositório SPELL aconteceu em dois momentos distintos. No primeiro, realizado entre 22 e 30 de janeiro de 2018, foram encontrados 37 artigos. Na semana seguinte, de 04 a 10 de fevereiro de 2018, nova pesquisa foi realizada, sendo recuperados mais quatro artigos. Desse modo, a etapa de coleta de dados finalizou com 41 trabalhos recuperados e válidos para etapa seguinte, a de análise de dados.

O percentual de publicações relacionadas ao semiárido equivale a 0,1% do total de trabalhos disponível na plataforma SPELL, o que demonstra ainda existir certa carência de produção científica retratando o semiárido do ponto de vista da área de administração, contabilidade e turismo.

A produção fica ainda mais incipiente quando ao critério de busca por artigos é aplicado o filtro de palavras-chave. Dos 41 trabalhos encontrados, apenas sete possui nas

suas palavras-chave o descritor semiárido. Considerando, portanto, a importância das palavras-chave para recuperação dos artigos científicos já que elas representam o conteúdo do documento (ASSOCIAÇÃO..., 2003), sugerindo a indicação dos principais conceitos e assuntos abordados, a ausência da palavra semiárido pode indicar o preconceito ainda existente que relaciona “espaço sertão semiárido com a fome e a pobreza” (TEIXEIRA, 2016, p.769), portanto, menos importante e periférico em termos de visibilidade de publicação. A recente expansão do ensino superior pode influenciar para os poucos escritos sobre o semiárido, é muito pouco tempo para um boom de publicações sobre uma região que recentemente adquiriu mais instituições de ensino superior. No entanto, a análise do conteúdo dos artigos permite dizer que no conteúdo dos textos recuperados fica evidente a relação entre semiárido e administração. As palavras-chave estão representadas de acordo com a sua frequência na nuvem de palavras da figura 2.

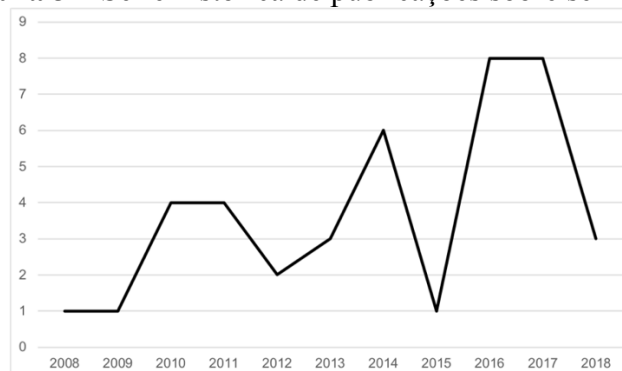
Figura 2 - Word Cloud com as palavras chave presentes nos artigos.



Fonte: elaboração dos autores (2018)

Em relação à periodicidade dos artigos, foram identificadas publicações desde o ano de 2008 até 2018. O início das publicações em 2008 pode ter relação com a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, uma vez que a região do semiárido ganhou destaque, e, desde então, vem sendo considerada estratégica para o desenvolvimento do país. A série histórica da evolução das publicações está apresentada na figura 3 abaixo.

Figura 3 – Série histórica de publicações sobre semiárido



Fonte: elaboração dos autores (2018)

A análise inicial de autores e coautores identificou que 107 pesquisadores (entre docentes e alunos) publicaram os 41 artigos nos últimos 10 anos. Indica ainda que é expressiva a produção em parceria entre dois ou três pesquisadores (65,85%).

**Tabela 1 - Quantidade de autores por artigo**

<b>Autores</b>	<b>1 autor</b>	<b>2 autores</b>	<b>3 autores</b>	<b>4 autores</b>	<b>5 autores</b>
<b>Quantidade de artigos</b>	3	9	18	7	4
<b>%</b>	7,32	21,95	43,90	17,07	9,76

Fonte: elaboração dos autores (2018)

A partir dos laços de associação entre os pesquisadores foi possível definir uma rede de autores (com duas ou mais publicações) que colaboram para que a produção sobre o semiárido e administração se expanda, conforme a tabela 2 abaixo. Essa rede ainda é pequena, mas já expressa o interesse dos pesquisadores sobre o campo. Destacam-se as publicações de Andréa Cardoso Ventura, Jackeline Amantino de Andrade, José Célio Silveira Andrade, José Raimundo Cordeiro Neto e Mônica Cavalcanti Sá de Abreu, com três artigos na área cada um.

**Tabela 2 - Relação autores e coautores X quantidade de publicações**

<b>Autores</b>	<b>Qtd de publicações</b>
Andréa Cardoso Ventura	3
Jackeline Amantino de Andrade	3
José Célio Silveira Andrade	3
José Raimundo Cordeiro Neto	3
Mônica Cavalcanti Sá de Abreu	3
José Carlos Lázaro da Silva Filho	2
Oswaldo Gonçalves Junior	2
Viviane Santos Salazar	2
Walter Fernando Araújo de Moraes	2
Yákara Vasconcelos Pereira Leite	2

Fonte: elaboração dos autores (2018)

Ainda a partir da análise da autoria e coautoria foi possível identificar que, na maioria dos artigos, os autores pertencem a diferentes instituições, o que se sugere haver uma parceira interinstitucional entre os pesquisadores. Na vanguarda das pesquisas sobre o semiárido na área de administração (tabela 3) estão a Universidade de Fortaleza e a Universidade Federal de Pernambuco, ambas com 7 autores vinculados. Importa destacar que das Universidades que mais tem autores e coautores vinculados e com publicação não são instituições com sede no semiárido, ambas, apesar de estarem inseridas em Estados delimitados por esta região, como Ceará e Pernambuco, não têm seus campi sede em cidades semiáridas. Isso indica que o semiárido não está sendo discutido por pesquisadores que vivenciam sua realidade, esse espaço está sendo explorado em nível acadêmico por outras instituições, o que é positivo, entretanto é preciso entender o motivo dos acadêmicos do semiárido não estarem escrevendo sobre sua realidade. Questões de reflexão surgem a partir desses achados: por que os pesquisadores da área, que vivenciam o semiárido, não estão produzindo ou publicando sobre a região? É falta de interesse? Ou ainda existem barreiras nos editoriais dos periódicos de modo que priorizam contextos mais favorecidos, como capitais e grandes centros urbanos?



**Tabela 3 – Instituição vínculo dos autores e coautores**

Instituição vínculo	Qt de autores
Universidade de Fortaleza	7
Universidade Federal de Pernambuco	7
Universidade Federal de Campina Grande	5
Universidade Federal do Ceará	5
Universidade Federal da Bahia	4
Universidade de São Paulo	3
Universidade Federal de Minas Gerais	3
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	3
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto	2
Universidade Estadual do Ceará	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Universidade Federal do Vale do São Francisco	2
Universidade Federal Rural de Pernambuco	2

Fonte: elaboração dos autores (2018)

Em termos metodológicos, é significativa a quantidade de artigos teóricos (58%). No entanto, é importante ressaltar que, aos poucos, a região do semiárido tem despertado o interesse, do ponto de vista empírico, dos pesquisadores e esta estratégia de pesquisa já representa 42% dos artigos publicados, sobressaindo-se os estudos de cunho qualitativo e de caso.

A análise dos periódicos indicou que 20 revistas publicaram os 41 artigos sobre semiárido no período de 2008 e 2018 (tabela 4). Em termos de quantidade de publicação, o destaque é para a revista Desenvolvimento em Questão que divulgou sete artigos na área. São os periódicos do extrato B, sobretudo os avaliados como B2 e B3, que mais divulgaram as pesquisas sobre o semiárido na área, representando 92,68% das publicações. É importante ressaltar que, embora tenha havido crescimento das publicações sobre o semiárido em administração, as revistas classificadas no extrato B ainda continuam sendo avaliadas, segundo Martins e Sennes (2013), como de segunda linha pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que demonstra a necessidade de produção científica de mais elevado nível sobre o tema em questão.

Os periódicos, indicados por ordem decrescente de quantidade de artigos publicados, estão indicados na tabela 4.

**Tabela 4 – Lista de periódicos, quantidade de artigos publicados e classificação Qualis/CAPES**

Periódico	Qtd de artigos	Qualis/CAPES 2013-2016 área de Administração, Contabilidade e Turismo
Desenvolvimento em Questão	7	B2
Organizações Rurais & Agroindustriais	6	B2
Cadernos EBAPE.BR	3	A2
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	3	B2
Revista Interdisciplinar de Gestão Social	3	B4
Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	2	B2
Revista Ciências Administrativas	2	B2
Revista de Administração IMED	2	B3
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	2	B2
Administração Pública e Gestão Social	1	B1
Amazônia, Organizações e Sustentabilidade	1	B3

Perspectivas em Gestão & Conhecimento	1	B3
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	1	B3
Reuna	1	B3
Revista Alcance	1	B2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1	A2
Revista de Administração	1	A2
Revista de Administração da Unimep	1	B2
Revista de Administração Mackenzie	1	B1
Revista Interdisciplinar de Marketing	1	B4

Fonte: elaboração dos autores (2018)

A meta-análise inicia-se procurando compreender os objetivos gerais de cada artigo. Após a leitura dos 41 artigos foi identificado um conjunto de 11 grupos de objetivos gerais que estão demonstrados na tabela 5 abaixo.

Verifica-se que o maior interesse dos pesquisadores é a respeito das políticas públicas de desenvolvimento rural (8 artigos recuperados no período). Discute-se, por exemplo, o processo de construção, implementação e avaliação das políticas públicas e os diálogos existentes entre sociedade civil e Estado. Por outro lado, pouco se publica sobre (i) Questão agrária, políticas agrárias e assentamentos rurais e (ii) temas emergentes no agronegócio. Reforça-se a importância de ampliar a discussão sobre estes temas pois em um país com concentração fundiária e grandes problemas sociais, discutir a posse da terra e os temas a ela agregados como arrendamentos, crédito rural, contratos agropecuários, entre outros, são notadamente edificantes para a promoção da justiça social (CARVALHO, 2010; PRIETO, 2017).

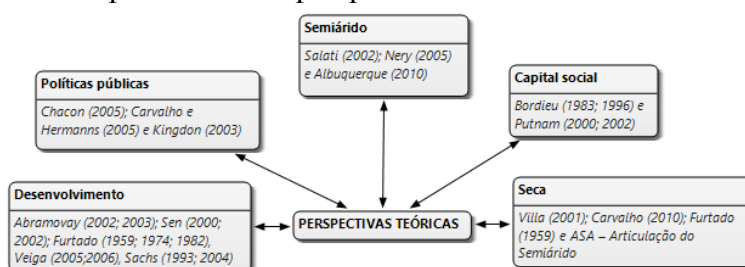
**Tabela 5**– Objetivos centrais dos artigos

Objetivos centrais	Qtd de artigos
Políticas públicas de desenvolvimento rural	8
Questão ambiental e sustentabilidade	7
Cooperativismo e outras formas de ação coletiva	5
Trabalho, emprego e ocupações rurais	4
Dinâmica dos complexos agroindustriais	4
Educação e semiárido	3
Desenvolvimento rural, territorial e regional	3
Comércio Exterior	2
Gestão do agronegócio	2
Questão agrária, políticas agrárias e assentamentos rurais	2
Temas emergentes no agronegócio	1

Fonte: elaboração dos autores (2018)

Em termos teóricos abordados, é possível afirmar que os autores concentram a discussão em torno de cinco perspectivas, conforme apresentado no mapa conceitual da figura 4.

**Figura 4** – Mapa conceitual: perspectivas teóricas discutidas nos artigos



Fonte: elaboração dos autores (2018)

O debate sobre a perspectiva do desenvolvimento é realizado em torno de questões relacionadas ao rural, tecnológico, sustentável, turístico, local, social, regional, histórico, econômico e ambiental. Dentre os autores mais citados pode-se destacar: Abramovay (2002; 2003), Sen (2000; 2002), Furtado (1959; 1974; 1982), Veiga (2005;2006), Sachs (1993; 2004). Com relação às políticas públicas, as discussões são pautadas de acordo com as perspectivas ambiental, histórica e social. Dentre as bibliografias mais utilizadas, os autores recorrem às obras de Chacon (2005), Carvalho; Hermanns (2005) e Kingdon (2003). Chacon (2005) trata da gestão pública das águas e os conflitos existentes acerca do tema no sertão do Ceará. Carvalho e Hermanns (2005), organizadores da obra – Políticas Públicas e desenvolvimento regional no Brasil, abordam de forma crítica questões relativas às políticas públicas e desenvolvimento regional. Já no texto de Kingdon (2003), é apresentado um modelo de múltiplos fluxos para avaliação das políticas públicas.

O semiárido é discutido, surpreendentemente, de forma muito sucinta. Os autores abordam, basicamente, as vertentes histórica e climática, sendo a ASA (Articulação Semiárido Brasileiro) a principal referência utilizada sobre o assunto. A ASA é uma rede que divulga as conquistas do semiárido inclusive através de políticas públicas (ASA, 2018), sendo

formada por mais de 3 mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações agrícolas, cooperativas, ONGs, pesquisadores, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Comunitárias de Base (OCBs), entidades ambientalistas e de desenvolvimento (COSTA, 2017, p.21).

A seca, por sua vez, foi a perspectiva teórica menos abordada nos artigos. Enquanto fenômeno climático, a seca foi abordada, principalmente, sobre o prisma da convivência, combate e aceitação. Toda a discussão relacionada à seca estava, de certa forma, intimamente relacionada “ao paradigma tradicional, que tem por base uma visão fragmentada, mecanicista e utilitarista do mundo e, particularmente, da natureza” (SILVA, 2003, p. 380).

Já as discussões em torno do capital social, consideradas como “uma das mais difundidas linhas de análise no contexto atual das ciências sociais” (FERNANDES, 2002, p.376), se fazem alicerçadas nas obras de Bordieu (1983; 1996) e Putnam (2000; 2002). É importante destacar, neste sentido, que a associação entre políticas públicas e capital social tem sido frequentemente realizada na literatura (SANTOS; NUNES, 2016) e que os artigos analisados procuram realizar tal associação.

## 5. Considerações Finais

Este estudo propôs-se a analisar a produção científica sobre o semiárido na área de administração, turismo e contabilidade no Brasil. Para o atingimento do objetivo estabelecido foi realizado um levantamento bibliométrico e uma meta-análise utilizando as bases de dados SPELL, principal repositório eletrônico de periódicos da área atualmente. Quarenta e um artigos foram recuperados. Cada um dos trabalhos foi analisado em termos de conteúdo, de acordo com os procedimentos descritos em Bardin (2011), considerando-se as seguintes categorias definidas *a priori*: autoria e quantidade de autores por trabalho e Qualis/CAPES e ano de publicação, natureza da pesquisa, palavras-chave, objetivos centrais de pesquisa, perspectivas teóricas discutidas e principais autores referenciados, levando em consideração os artigos, teses e dissertações.

A principal contribuição desta revisão é permitir uma contextualização das perspectivas teóricas e temáticas que vem sendo abordadas pelos pesquisadores da área sobre o semiárido, nessa perspectiva, este estudo tentou incluir e descrever esses detalhes

durante a seção de análise de dados. As descobertas fornecem uma imagem mais ampla da literatura de pesquisa e ajudam a estabelecer uma agenda de futuras revisões e estudos empíricos.

Corroborar-se com Barros (2015) que ainda é preciso se desvencilhar de antigas concepções sobre o semiárido, oriundas de opiniões superficiais sobre a realidade e dos interesses políticos das elites locais, sobre o que seja a região, “imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais” (SILVA, 2003, p.361).

Essa perspectiva implica em consequências na produção do conhecimento, qual seja, a padronização das abordagens sobre o semiárido em duas perspectivas, a de políticas públicas de desenvolvimento rural e questões ambientais e de sustentabilidade. Este tipo de padronização, quiçá imposto pelo *mainstream* no qual a área está submetida, por sua vez, produz uma visão homogeneizada, polarizada e simplificada do semiárido, como se todas as questões relativas aos complexos ambientes rurais pudessem ser reduzidas a duas categorias analíticas (FOLLADORI; TAKS, 2004), não considerando a diversidade e a complexidade dos contextos rurais, conforme argumenta Brandenburg (2010).

Assim, discutir o semiárido constitui um grande desafio para os pesquisadores já que podem ser considerados responsáveis por potencializar a difusão do conhecimento da região, seja do ponto de vista social, cultural ou econômico, considerando as idiossincrasias semiáridas, na intenção primordial de sanar conceitos prévios de caráter discriminatório. Nesse sentido, a atuação das Universidades e grupos de pesquisa vinculados à região é fundamental para ampliar e divulgar o conhecimento sobre o semiárido, estimulando a participação dos pesquisadores em eventos específicos, como os promovidos pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e International Farm Management Association (IFMA), bem como o estabelecimento de periódico(s) originalmente da área de administração, turismo e contabilidade para divulgação das pesquisas realizadas na região.

Nessa perspectiva, é importante a elaboração de uma agenda de trabalho que priorize questões relativas ao semiárido. As agências de fomento também têm um papel fundamental no desenvolvimento dessa agenda, com a elaboração de editais específicos para a região, estimulando, assim, a ampliação do conhecimento e o desenvolvimento dos pesquisadores instalados em instituições de regiões semiáridas. Outra ação importante a ser feita é a criação de cursos de pós-graduação, especialmente os *stricto sensu*, que atendam a vocação do semiárido, pois, apenas sete programas com o foco no semiárido foram identificados na Plataforma Sucupira, dos quais dois são da área de farmácia e medicina veterinária. Existe apenas um programa (Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido, com curso de mestrado profissional) na área de avaliação interdisciplinar com o propósito de investigar o semiárido cuja área básica seja sociais e humanidades e, portanto, mais próximo da Administração, oferecido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.

### Referências Bibliográficas

ABEMA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE. **Polo gesseiro do Araripe: potencialidades, problemas e soluções.** 2014. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/arquivos/paginas/1-Relat%C3%B3rio%20apresenta%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em 03 mar. 2018.

AQUINO, Joaquim Rufino; SILVA FILHO, Raimundo Inácio. **Vale do Açu: uma região estratégica para a economia potiguar.** Disponível em: <<

<http://aduern.org.br/index.php/2015/03/02/artigo-vale-do-acu-uma-regiao-estrategica-para-a-economia-potiguar/>>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ASA. ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Ações no semiárido**. 2018. Disponível em: <<<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Semiárido**. Disponível em: <<<http://www.asabrasil.org.br/semiariado/#indicadore-semiarido>>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Dados do Brasil**. Disponível em <<<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#2>>>. Acesso em 07 abr. 2018

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. Softwares em pesquisa qualitativa. In: GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Caracterização do semiárido brasileiro. In: CONTI, Irio Luis; SCHROEDER, Edni Oscar. **Convivência com o semiárido brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília: IABIS, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins e fontes, 2011.

BARROS, Antonio Teixeira. O rural mediatizado: análise comparada Brasil-Portugal. **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n.3, 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.827**. Brasília, 1989.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 13.568**. Brasília, 2017.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **Confins**, n. 19, 2013.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica bibliografia. **Revista de administração de empresas**, v. 11, n. 03, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Luis Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDEAS**, v. 4, n. 2, 2010.

CASSUNDÉ, Fernanda Roda de Souza Araújo; OLIVEIRA, Maurício Vitor Souza; ALENCAR, Maria Tereza Caldas; RODRIGUES, Nilson Fernando Marcos; RODRIGUES, Elias Eduardo Damasceno. [Re]pensando o estágio na formação

profissional dos estudantes de administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área. **ADMINISTRAÇÃO: ENSINO E PESQUISA**, v. 8, n. 03, 2017. p. 594-623.

COSTA, Carlos Everaldo da Silva da. **Ação e heterogeneidade de lógicas institucionais na construção da convivência com o semiárido em Alagoas**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

CORIOLANO, Luzia Neide; ALMEIDA, Humberto Marinho. **O turismo rural no semiárido do nordeste brasileiro**. Disponível em: << <http://observatoriogeografico.americalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/02.pdf>>> Acesso em: 06 abr. 2018.

CORREIA, R.C. et al. A região semiárida brasileira. In: VOLTOLINI, T. V. **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Brasília: EMBRAPA, 2011.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no nordeste brasileiro. **GEOUSP**, n. 22, 2007.

EVANS, D.; PEARSONS, A. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. **Journal of Clinic Nurs**. v. 10, n.4, 2001.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 3, Maio/Jun., 2002.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. v. 10, n.2, p. 32-348, out, 2004.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: << <https://censo2010.ibge.gov.br>>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Mapas de biomas e de vegetação**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INSA. INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **O semiárido brasileiro: riqueza, diversidade e saberes**. In: Coleção (Re)conhecendo o semiárido. 2014. Disponível em: <<<https://portal.insa.gov.br/images/acervocartilhas/O%20Semi%C3%A1rido%20brasileiro%20riquezas%20diversidades%20e%20saberes.pdf>>>. Acesso em: 06 abri. 2018.

LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. Economia do semiárido de Pernambuco: ainda “sem produção”? **Economia e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, 2014.

MARTINS, Regina; SENNES, Ubirajara. The bottleneck in ENT graduate programs in Brazil. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, n. 79, v. 1, jan./fev. 2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Mapa com nova delimitação do semiárido**. Disponível em: < <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiariado/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>>. Acesso em: 06 abri. 2018.

\_\_\_\_\_. **Nova delimitação do Semi-Árido brasileiro.** Disponível em: << [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763%20&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763%20&groupId=24915)>>. Acesso em: 06 abri. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de regionalização do turismo.** Disponível em: << <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

MOREIRA, A. (org.). Desenvolvimento da Fruticultura. **Incaper em Revista**, v. 1, n.1, jan.-dez. 2010.

PEREIRA NETO, Alexandre. **Para outro sertão, outra educação:** casos de práticas formais e não formais de educação contextualizada para a convivência com semiárido na Bahia e no Pernambuco. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro (BA), 2016.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Mercator**, v. 16, 2017.

SAMPAIO, B. E. O.; CASSUNDÉ, F. R.; CASSUNDÉ JUNIOR, N. F. Mangicultura e vale das frutas: quais as contribuições científicas da engenharia de produção? **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, Edição Especial, p. 9-32, maio 2017.

SANDELOWSKI, M.; BARROSO, J. Creating metasummaries of qualitative findings. **Nursing Research**, v. 2, n. 4, 2003.

SANTOS, E. R.; NUNES, M. F. Capital social e políticas públicas: um estudo comparado no Vale do Rio dos Sinos. **Rev. Adm. Pública**, v. 50, n. 1, jan./fev., 2016.

SECRETARIA DA FAZENDA. **Governo concede novos benefícios fiscais para o polo gesseiro do Araripe.** Disponível em: << <https://www.sefaz.pe.gov.br/Noticias/Paginas/Governo-concede-novos-benef%C3%ADcios-fiscais-para-o-Polo-Gesseiro-do-Araripe.aspx> >>. Acesso em 07 abr. 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003.

SUDENE. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Resolução 115 de 2017.** Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/resolucao115-23112017-delimitacaodossemiarido-DOU.pdf>>. Acesso em: 07/04/2018.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 3, 2016.

UFERSA. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO. **Geração de empregos no Vale do São Francisco.** Disponível

em<<<https://ctarn.ufersa.edu.br/2017/12/07/regiao-irrigada-do-rio-sao-francisco-e-polo-de-geracao-de-empregos/>>>. Acesso em 07 abr. 2018

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, v. 14, n.1, 2014.

WILKINSON, J. (Coord.). **Perspectivas do investimento no agronegócio**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. 306 p.